

CONJUNTURA ATUAL DA UNESP: Campanha salarial, financiamento e Colégio Eleitoral!

***Materializa-se novamente a opção preferencial dos reitores:
querem que a comunidade universitária seja penalizada.***

***Mais uma vez, querem jogar a conta dos interesses e da submissão ao
governador sobre o conjunto da universidade***

O mês de maio chegou. Pauta de reivindicações protocolada, primeira reunião Fórum das 6 e Cruesp realizada, ainda em abril, e os reitores insistem em esvaziar a mesa de negociação. Nada apresentaram! Não cogitaram sobre o índice de reajuste e continuaram a insistir que os temas fundamentais para a sobrevivência das três universidades paulistas devem ser debatidos em cada uma das Universidades de forma isolada. Consideramos que, com esta metodologia, os reitores abrem mão da discussão e da criação de estratégias e da luta conjunta para a elaboração de uma Política de Ensino Superior Público no Estado de São Paulo, a ser encaminhada ao governo e a Assembleia Legislativa, para manutenção da universidade pública, gratuita, de qualidade e com financiamento público.

Os REItosores insistem na manutenção de uma atuação política de completa submissão ao governo estadual, ao invés de se colocarem como protagonistas, em conjunto com a comunidade acadêmica neste momento de ameaças à educação, renunciadas pelo secretário da Educação do estado de São Paulo e apontadas pelo vice-presidente da República, com a proposta de desvinculação das receitas da União como pauta de seu possível futuro governo.

Para os reitores, parece não haver outra alternativa para a crise de financiamento, a não ser a criação de estratégias internas para cortes indiscriminados em prejuízo da qualidade do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade, e para o recrudescimento de ações visando um profundo e amplo processo de privatização das universidades. Ao que tudo indica, esta política já está posta pelo governo e aponta para uma mudança drástica



do modelo de universidade pública. Na sinalização emitida pelos REItosores, não há dúvida de que quem pagará a conta serão os trabalhadores e, mais do que isso, o ensino público gratuito e de qualidade.

O questionamento do governador Alckmin à Fapesp, noticiado pela mídia, no que diz respeito aos resultados das pes-

quisas e sua aplicação prática, em nada tem a ver com uma discussão aprofundada de temas, metas e resultados. Por sinal, provavelmente nem o governador e muito menos seus assessores gastaram seu tempo, nesta conjuntura política conturbada do país, na leitura dos resultados das pesquisas financiadas pela Fapesp. Com certeza, o que brilha na pupila do governo é o 1% do ICMS que financia a Fapesp.

Diante da supressão de recursos da base de cálculo da quota parte do ICMS que cabe às universidades – correspondente, nos últimos dois anos, a aproximadamente 6 bilhões de reais, o que representa uma perda de cerca de R\$ 600 milhões para as estaduais paulistas –, e da brutal sonegação deste imposto no estado de São Paulo, o que propõe os reitores para colaborar com o governo? Promover arrocho salarial, retirada de direitos e o aprofundamento do sucateamento das universidades, materializando a precarização do sistema educacional. A eleição para governador ainda está longe! E, como o Sr. Alckmin é um notório aliado dos políticos que pretendem chegar ao poder no Brasil sem o respaldo de uma eleição, nada mais natural do que defender o modelo privatista. Assim, algo que desde os decretos de Serra é meta do PSDB para as universidades públicas paulistas, pode ganhar um combustível



novo dentro da conjuntura atual, ou seja, a supressão da sua autonomia e, finalmente, a sua privatização. O que antes era dissimulado e implementado sorrateiramente, já está descaradamente sendo posto em curso e envolve a educação e a saúde públicas no estado de São Paulo.

Neste aspecto, a Unesp realmente é o laboratório das maldades privatistas, submetendo-se ao discurso privatizante de que o financiamento atual é insuficiente para sustentar o tamanho da universidade. Mas, que tamanho é este? Desde o início dos anos 2000, quem estimulou a ampliação de vagas e criação de novos *campi*? Não foram os reitores, cumprindo metas estipuladas pelos governos à época? Cadê o financiamento definitivo?

O golpe mais recente, denunciado na última revista da Adunesp, foi a passagem do Hospital de Botucatu para a Secretária de Estado da Saúde, em troca da criação de 11 cursos de engenharia. Esse processo produziu um claro afastamento entre o hospital e a Faculdade de Medicina, trazendo sérios problemas para as atividades de pesquisa, prestação de serviços e formação dos estudantes das áreas médicas e paramédicas, uma das funções mais importantes desta instituição. Por outro lado, na ausência de dados objetivos, é difícil acreditar que a instalação e manutenção dos 11 cursos de engenharia em regime tenha um custo equivalente ao necessário para o funcionamento de um hospital.

Esta conjuntura apresentada serve de balizamento para análise da carta divulgada pelo reitor no último Conselho Universitário e para a sua decisão de convocar um CO extraordinário para o dia 17/05 (para tratar da conjuntura da Unesp e questões orçamentárias) e a instalação de dois Colégios Eleitorais para o dia 18/05. Numa leitura atenta da carta, fica evidente qual o seu papel. Intimidar e ameaçar a comunidade unespiana no início desta data-base. A carta comunica a morte anunciada do nosso REAJUSTE e nos alerta para ficarmos quietos, porque a “culpa” é dos Sindicatos. A mensagem é: Se quiserem maiores salários, alguns poderão perder o emprego ou os benefícios.

A carta do REitor Durigan sugere dois cenários:

- 1) Se tiver que repor a inflação devido à determinação judicial (como ocorreu dois anos atrás) serão tomadas decisões administrativas, com “respaldo jurídico”, retirando direitos dos trabalhadores;
- 2) Ou estaria já sendo justificado o ZERO de reajuste antes da negociação agendada para 16/5?

Trata-se de um calendário sob medida para o golpe final. Vamos negociar no dia 16 de maio o reajuste salarial (Fórum das Seis e Cruesp), e o REitor chama um CO extraordinário (que não fica barato,

segundo falas do próprio reitor, para justificar reuniões por videoconferência) no dia seguinte. Os desmandos e a armadilha preparados pela reitoria têm que ser desmascarados desde já! Não podemos aceitar que o salário não seja discutido em 16/5, porque terá reunião do CO da Unesp no dia seguinte. Caso não ocorra, pelo menos, a reposição da inflação, haverá um empobrecimento significativo dos trabalhadores e das suas famílias. Não vamos aceitar mais esse ataque contra as universidades públicas paulistas e, em particular, contra a comunidade unespiana.

Há que se mencionar também que a convocação do colégio eleitoral nesse momento decorre da renúncia da vice-reitora Marilza, que exerceu o cargo ilegalmente (segundo parecer da assessoria jurídica da Adunesp) depois de aposentada e com amparo de uma decisão do Conselho Universitário da Unesp que, ainda segundo o referido parecer, extrapolou de sua competência decidindo sobre questões fora do seu escopo e em frontal desacordo com normas constitucionais. Assim será feito porque vários conselheiros afirmaram, na última reunião do CO (28/04/2016), que não poderiam votar na proposta que chegou a ser esboçada, mas não colocada em votação pelo reitor, que propunha a aprovação, pelo colegiado máximo da nossa universidade, da não realização dessa eleição, o que contraria o disposto no *caput* do artigo 30 do Estatuto da Unesp, segundo ele mesmo declarou.

Enfim, esta semana é fundamental para debatermos em nossas assembleias estratégias para a campanha salarial. É preciso que deixemos claro para os reitores que não vamos aceitar mais esses ataques! Internamente, não podemos ficar à margem da política universitária, pois, em decorrência dela, podem ser comprometidos nosso dia a dia e nosso futuro. Nesta hora, é fundamental a defesa do nosso poder aquisitivo (REAJUSTE, JÁ!) e das nossas condições de trabalho. Já fizemos isto outras vezes, faremos de novo!

Orientações às assembleias

Diante dessas considerações, a Diretoria da Adunesp propõe que as assembleias locais deliberem por paralisação no dia 16 de maio, onde for possível, e pelo comparecimento de todos ao ato em frente ao Cruesp nesse mesmo dia, às 13h, para pressionarmos os reitores a respeitarem nossas reivindicações e negociarem, de fato, nossa pauta unificada com o Fórum das Seis. É também de fundamental importância que a comunidade universitária esteja mobilizada, utilizando todos os seus instrumentos de luta, contra a destruição dos serviços públicos em geral e para exigir do governo do estado que equacione o financiamento das nossas universidades estaduais, elevando a sua dotação orçamentária para 11,6% da quota parte do total do produto da arrecadação do ICMS.

